

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Em fevereiro deste ano a Ministra da Coesão Territorial, Ana Abrunhosa, anunciou um programa de descontos para as portagens das autoestradas anteriormente designadas de SCUT - Sem Custos Para o Utilizador. No total, são 8 as autoestradas abrangidas por este regime: A28 (Porto-Viana do Castelo), A4 (Porto-Vila Real), A24 (Viseu-Chaves), A25 (Aveiro-Vilar Formoso), A23 (Guarda-Torres Novas), A13 (Coimbra-Entroncamento), A22 (Via do Infante) e A41 (Circular Regional Exterior do Porto).

De acordo com o despacho do Conselho de Ministros publicado em fevereiro, o regime de descontos será progressivo, ou seja, os carros das classes 1 e 2 (carros ligeiros) teriam um desconto de 20% no valor das portagens entre o oitavo e o décimo quinto dia de utilização; e de 40% se utilizassem a autoestrada por 16 dias seguidos.

Contudo, segundo foi noticiado pelo Jornal de Notícias, o regime poderá ser alterado na sua composição, alertando ainda para o adiamento sucessivo a que esta medida tem sido sujeita. Quando foi anunciado o programa de descontos a promessa da governante era de aplicar os descontos no primeiro trimestre de 2020, depois, em virtude da pandemia de covid-19, foi adiada para o terceiro trimestre de 2020, e agora, segundo uma noticiada mesma fonte, revela um novo adiamento para o primeiro trimestre de 2021.

O Bloco de Esquerda considera estes atrasos um erro para com as populações afetadas e que o Ministério da Coesão Territorial deve indicar quais os fundamentos para o adiamento de uma medida fundamental para a recuperação económica do interior e para as famílias que vivem e viajam entre os concelhos do interior do país, que têm um défice enorme no que diz respeito à oferta de transportes coletivos, gravemente afetados com a redução de trajetos de autocarros e de frequência desses transportes desde que começou a pandemia.

À não existência de transporte público rodoviário e a ineficiência da oferta privada e concessionária, junta-se a fraca oferta de transporte ferroviário, que aguarda os prometidos e adiados investimentos de modernização.

O Bloco de Esquerda considera que a discriminação desta região não é aceitável e configura uma injustiça que prejudica a resiliência da região na resposta ao período de crise económica que o país enfrenta. Não deve ser esquecido o papel que PS, PSD e CDS tiveram na implementação destas portagens e do acréscimo de custos para as populações e empresas ao longo dos anos, acabando com as isenções outrora existentes. Este fator apenas fez aumentar as desigualdades territoriais em Portugal, com um claro prejuízo para o interior, que continua a ver adiadas soluções.

Devem também ser esclarecidas as dúvidas sobre a abrangência das medidas que, segundo noticiado pelo mesmo jornal, “o novo modelo prevê que, em algumas autoestradas, o beneficiário poderá ser apenas o transporte de mercadorias, enquanto noutras serão também contemplados os transportes ligeiro e de passageiros.”

As empresas do interior também sofreram um grande aumento de custos fixos nas suas operações devido às portagens, levando a que muitas mudassem o seu centro de operações para zonas não portajadas, ou simplesmente encerrassem. No entanto, a confirmar-se tal discriminação entre mercadorias e passageiros, está-se a definir privilégios entre empresas e entre estas e os seus trabalhadores, estes últimos ficando sempre com a pior parte.

O Bloco de Esquerda reafirma a sua posição intransigente na defesa da abolição das portagens como forma de justiça e coesão territorial. No entanto, importa, neste momento, clarificar as opções do governo, critérios e prazos para a implementação dos descontos prometidos.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério da Coesão Territorial, as seguintes perguntas:

1. Está o Governo disponível para esclarecer quais os fundamentos para o adiamento sucessivo de uma medida fundamental para a recuperação económica do interior e para as famílias que vivem e viajam entre os concelhos destas regiões?
2. Está o Governo disponível para esclarecer se o beneficiário do novo modelo será apenas o transporte de mercadorias, ou se, por outro lado, serão também contemplados os transportes ligeiros e de passageiros?
3. Confirma o governo que não está a ponderar discriminar zonas da A25 e da A23 como noticiado pelo Jornal de Notícias?
4. Está o governo disponível para definir um plano para repor a gratuitidade das vias do interior (e também do Algarve)?

Palácio de São Bento, 26 de setembro de 2020

Deputado(a)s

ISABEL PIRES(BE)